

Esdras Eletier Queiroz Leal
Controlador Interno
Port. 11/2021



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

PARECER - CONTROLE INTERNO

Procedência: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará e Fundos Municipais de Aurora do Pará.

Análise dos contratos nº 20212335, nº 20212336, nº 20212343, nº 20212337, nº 20212342 e nº 20212341, nº 20212344, nº 20212346 e nº 20212345.

Interessada: CPL/PREFEITURA MUNICIPAL

I – RELATÓRIO

O Sr. Esdras Eletier Queiroz Leal, responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Aurora do Pará, nomeado nos termos do Decreto Municipal nº 11/2021-GP, declara, para os devidos fins, que analisou integralmente os Contratos Administrativos por tempo determinado de nº 20212335, nº 20212336, nº 20212343, nº 20212337, nº 20212342 e nº 20212341, nº 20212344, nº 20212346 e nº 20212345, com período de vigência de 13/12/2021 à 13/12/2022, referente à **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ELÉTRICOS EM GERAL, HIDRÁULICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ/PA E SUAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, decorrente do Pregão nº 32/2021, realizado com fundamento na Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, na Lei nº 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

Foram firmados os seguintes contratos:

CONTRATO	EMPRESA	CNPJ	VALOR(R\$)
20212335	ES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	23.158.220/0001-43	840.945,23
20212336	ES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	23.158.220/0001-43	1.445.555,54
20212343	COMATEL COMERCIO DE MATERIAL LTDA	04.510.069/0001-16	12.501,62
20212337	ES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	23.158.220/0001-43	529.262,48
20212342	COMATEL COMERCIO DE MATERIAL LTDA	04.510.069/0001-16	13.421,39
20212341	COMATEL COMERCIO DE MATERIAL LTDA	04.510.069/0001-16	25.104,12

20212344	SOUZA E FONSECA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	37.251.510/0001-41	116.907,70
20212346	SOUZA E FONSECA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	37.251.510/0001-41	54.680,33
20212345	SOUZA E FONSECA CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	37.251.510/0001-41	79.747,64

II- ANÁLISE

Em análise dos contratos, desde já, trazer à comparação a aplicação dos mandatos constitucionais que condicionam toda a matéria, mostrando, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Destaca-se que as empresas contratadas apresentam, para devidos fins de direito, todas as suas documentações legais, mediante consulta ao seguinte cadastro SICAF: Regularidade fiscal trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

Portanto, declara-se que os referidos contratos se encontram:

(X) Revestidos de todas as formalidades legais, quais sejam: Lei que disciplina e autoriza a contratação temporária, no âmbito municipal; justificativa da situação fática que ensejou a necessidade da contratação temporária; declaração do ordenador responsável de que o aumento com a despesa de pessoal tem adequação orçamentária e financeira; estimativa do impacto orçamentário-financeiro; autorização prévia e expressa do Chefe do Poder correlato; contratos celebrados, devidamente assinados pelas partes e testemunhas; extrato de publicação dos contratos temporários e planilha demonstrativa de compatibilidade remuneratória entre a função contratada e o cargo efetivo correlato, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

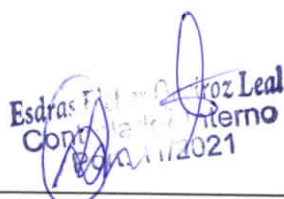
III- PARECER

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada. Diante ao exposto, a Controladoria Interna do Poder Executivo do Município de Aurora do Pará, após a

conferência de todos os atos legalidade que foram analisados, manifesta-se FAVORÁVEL.

S.M.J. É o parecer da Unidade de Controle Interno.

Aurora do Pará, de 13 de DEZEMBRO de 2021.


Esdras Eletier Queiroz Leal
Controlador Interno
Portaria nº 011/2021

Esdras Eletier Queiroz Leal
Controlador Interno – P.M.A.P.
Portaria nº 011/2021